

RESTABELECIMENTO DO GOVERNO DO NOSSO AUGUSTO SOBERANO

EM 19 DE JUNHO DE 1808 NA VILA DE VIANA

LÍVIO PEREIRA CORREIA

ANTECEDENTES

Para a concretização dos planos expansionistas de Napoleão tornava-se necessário à França encerrar os portos da Península Ibérica à Inglaterra. A 27 de Outubro de 1807, a França e a Espanha acordaram, pelo Tratado de Fontainebleau, a invasão e a partilha de Portugal. Em Novembro o exército franco-espanhol invadiu o País, numa aliança carregada de suspeições.

Junot, comandante do exército invasor, dirigiu-se a marchas forçadas para Lisboa onde entrou com as suas tropas quase a tempo de avistar a esquadra portuguesa, escoltada pela inglesa, a caminho do Brasil, para onde a Família Real Portuguesa embarcara prudentemente, a 27 de Novembro, antecipando-se às secretas intenções da França sobre os tronos dos dois países ibéricos. Nesse dia tempestuoso de Novembro incorporou-se na comitiva real, em condições caóticas, uma Corte espantosamente numerosa de cerca de treze mil e oitocentas pessoas em pânico.

Em terra ficou uma Regência nomeada pelo Príncipe D. João, com a recomendação de que recebessem os invasores como amigos, Regência que Junot, a 1 de Fevereiro do ano seguinte, se apressou a suprimir.

Com o Reino de Portugal subjogado chegaram de Espanha rumores de atritos graves entre a população espanhola e as tropas francesas. A 5 de Março o general espanhol Caraffa anunciou a Junot a retirada para a Galiza das suas tropas acantonadas no Porto, juntamente com os dragões da Rainha e as unidades de artilharia e de engenharia sob o seu comando que haviam sido deslocadas para Lisboa.

A 2 de Maio de 1808 estalou em Madrid uma revolta contra a presença francesa e no fim de Maio começaram as rebeliões na Galiza e os apelos dos espanhóis à deserção das suas tropas estacionadas em Portugal sucediam-se.

A RESTAURAÇÃO DO REINO DE PORTUGAL

Os portugueses do Norte do País, reunidos em *“assembleia amante do Príncipe Regente”*, conspiravam abertamente contra os franceses. Os últimos regimentos espanhóis que permaneciam na cidade do Porto preparavam-se também para retirar para a Galiza. A 6 de Junho de 1808 D. Domingos Ballestá, seu comandante em chefe, aproveitou a ida do general francês Quesnel à festa do Senhor de Matosinhos para organizar a partida e deteve o surpreso general e as suas tropas no regresso da romaria. Mandou convocar para o seu quartel na Feitoria Inglesa as autoridades portuguesas: Juiz de Fora, Vereadores, Chanceler Governador das Justiças e Desembargadores, juntamente com o brigadeiro Luís de Oliveira, e interrogou-as pelas palavras seguintes: *“Quando entrei neste Reino livres os achei, e agora, retirando-me, livres os quero deixar: resta-me porém saber o Governo que querem, se Português com a Casa de Bragança, se Francês”*.

Respondeu-lhe então o vereador Tomás da Silva Ferraz: *“Eu, a Câmara, e a cidade nada mais desejam que o seu antigo, e suspirado Governo do Príncipe Real Nosso Senhor, e requeremos, que imediatamente seja restabelecido, que logo se descubram as Reais Armas, arvoreem as Reais Bandeiras, e todos os processos se façam em seu Augusto Nome”* e no dia 7 Ballestá retirou com as suas tropas.

A 8 de Junho o general Sepúlveda aclamou o Príncipe Regente em Bragança. No Porto a aclamação demorou 12 dias. Fez-se no memorável dia 18 de Junho de 1808.

Neste clima de exaltação patriótica teve lugar no dia 19 de Junho de 1808 em Viana a aclamação do Príncipe Regente D. João, no Campo do Forno. O respectivo auto foi depois lavrado na sala da Câmara, e uma cópia dele, acompanhada de uma carta, foi enviada ao Senado da Câmara do Porto onde foi lida e respondida na sessão do dia 22.

No próprio dia 19 a recém-constituída Junta do Governo Militar de Armas de Viana, sob a presidência do governador militar, apressou-se a comunicar à cidade de Braga a decisão tomada.

A rebelião estava consumada e o processo de restauração em marcha. Para que reunisse a adesão de todas as partes envolvidas, e a confiança do Povo, era agora necessário viabilizá-lo militar e materialmente o que passava pela mobilização dos militares para a organização da defesa e pela instalação de um *“governo interino, para restabelecer o Governo do Nosso Augusto Soberano, e o bem da Pátria”*.

As esperanças renascidas na população sacrificada pelas acções restauracionistas portuguesas de 1808, ruíram passados poucos meses. Seguir-se-iam em 1809 e 1810 uma segunda e uma terceira invasões do exército francês. A segunda, comandada por Soult, particularmente sangrenta, foi repelida pelo exército anglo-luso. A terceira, comandada por Massena - que só retirou definitivamente em 1811 - deixou o país depauperado e a economia destruída.

A IDENTIFICAÇÃO DO FUNDO

Toda a documentação sobre a restauração de Viana encontra-se hoje à guarda do Arquivo Histórico Municipal do Porto.

Ao longo do texto apresentaremos a reprodução dos originais dos documentos remetidos pela Câmara de Viana, os quais, quando transcritos o serão sempre na sua grafia actualizada.

O auto lavrado no Senado da Câmara de Viana foi lido na vereação da Câmara do Porto de 22 de Junho de 1808 e a acta respectiva foi lavrada a fls. 42v e 43 do Livro 98 de Vereações e toda a troca de correspondência acha-se arquivada no Livro 19 das Próprias (1808-1814). A fls. 5 e 5v encontramos a carta de 19 de Junho da Presidência da Câmara de Viana; da fl. 6 à fl. 9 a cópia a ela anexa do Auto lavrado nessa mesma data, com os seus 16 artigos e os nomes de uma parte dos cidadãos vianenses que o assinaram, “*por não ser possível assinarem todos os que se achavam juntos no Campo do Forno, defronte do Paço do Concelho*”, e a fls. 10 e 10v está arquivada a cópia da resposta do Senado da Câmara do Porto de 22 de Junho de 1808.

E assim ficará documentado este episódio, digno de ser conhecido.

A ACTA DO SENADO DA CÂMARA DO PORTO

A acta é a seguinte:

Vereação de vinte e dois de Junho de mil oitocentos e oito anos nesta Cidade do Porto e Casa da Ilustríssima Cama[ra] onde foram vindos o Doutor Juiz de Fora do Cível Vereadores com assistência do Procurador da Cidade.

Nesta foi apresentada uma carta da Câmara da Vila de Viana participando-nos com data do dia dezanove do corrente Mês, que neste mesmo dia tinha sacudido o jugo Francês remetendo-nos por cópia os artigos que se acordaram em Câmara para este restabelecimento do antigo governo de nosso Príncipe Regente, a que nesta Cidade se antecipou no dia dezoito como se lhe participa a dita Câmara em carta com a data de hoje, assim como estamos conformes em concorrer nesta causa pública, assim como também lhe participamos o Supremo Governo porpucional? instituído nesta Cidade, enquanto se não restitui o instituído pelo nosso Legítimo Soberano, a qual carta, e dita cópia se mandaram guardar no Arquivo desta Câmara.

E por esta forma houveram por feita esta Vereação de que fiz este termo que todos assinaram. Rodrigo Freire de Andrade Pinto de Sousa o escreveu

Mç.^a // Cardozo // Melo // TSFerraz //Figrd.^o

M. S. Silva

75

Ch. M. Silva e Proclamação, a saber de manifestar
Nossa hoje os seus votos Patrióticos; e juntos
em uma e em outra parte do seu governo inte-
rino, para restabelecer o governo do Brasil e
do soberano, e bem da Pátria. Mas como N. S.
presentemente do Brasil de uma cidade, não devesse
deixar um momento em se unirem a causa
geral; e por isso lhes dirigimos esta parte, pra-
ca; e confiamos em que unidos os seus, os nos-
sos votos, para vermos regenerada a nossa
Pátria, e a liberdade por modo exquiriti-
to; e a liberdade de todos, e a de seu soberano
N. S. convidamos a N. S. para esta fim. e re-
ramos a todos a sua correspondência não in-
terrupta de parte, e a de N. S. de N. S. de
poder, e a de N. S. de N. S. de N. S. de N. S.
Viana 19 de Junho de 1808

M. S. Silva
Fam. da Cid. do Rio

João de Silva e Silva

Procl. de N. S.
Dom. da N. S. da N. S. da N. S.
N. S. da N. S. da N. S. da N. S.

João de Silva e Silva
Fam. da Cid. do Rio
N. S. da N. S. da N. S. da N. S.

A CARTA DA CÂMARA DA VILA DE VIANA

A Nobreza e o Povo da vila de Viana reunidos em Câmara no dia 19 de Junho de 1808 dão conhecimento ao Senado da Câmara do Porto das suas intenções restauracionistas.

Ex.mos Senhores

A Nobreza e Povo desta Vila, acabam de manifestar no dia de hoje os seus votos Patrióticos; e juntos em Câmara têm estabelecido o seu governo interino, para restabelecer o Governo do Nosso Augusto Soberano, e o bem da Pátria. V. S.^{as} como Representantes dos Povos dessa Cidade, não devem hesitar um momento em se unirem à causa geral; e por isso lhes dirigimos esta participação; confiadinhos em que unirão os seus, aos nossos votos, para vermos regenerada a Nação Portuguesa, ludibriada por modos esquisitos; ofendidos seus direitos, e os do seu Soberano.

Nós convidamos a V. S.^{as} para este fim e esperamos estabelecer uma correspondência não interrompida de participações, e de reunião de poder, e forças da Província.

*Deus g.^{de} a V. S.^{as}
Viana 19 de Junho de 1808.*

Gonçalo Pereira Caldas

*Il.mos Snr.^s do Senado
da Cam.^a da Cid.^e do Porto*

*Presid.^e da Câmara
Dom.^{gos} José Vieira da Mota Gomes
Camilo Ant.^o de Sá P.^{to} Abr. Sotto M.^{or}
José Pereira Cirne de Castro
Gonç.^o de Barros Lima
António José Pr.^a da Cunha*

O AUTO DA CÂMARA

Cópia

Auto da Câmara

Aos dezanove de Junho de mil oitocentos e oito nesta Vila de Viana e Paço Público da Câmara dela em que presidia o Doutor Corregedor Interino o Doutor Domingos José Vieira da Mota Gomes com os Vereadores e Procurador abaixo assinados.

Ali estando juntos a Nobreza e Povo da Vila depois de convocarem a Câmara e Mesteres do Povo deliberaram e votaram unanimemente o seguinte depois de prestarem juramento de Fidelidade na presença do Senado para defender os direitos e Soberania do Príncipe Regente Nosso Senhor que antes nos governava.

Artº 1º

Que deliberam unanimemente, que se deve conservar tudo no Estado anterior à saída do Príncipe Regente Nosso Senhor, e no Estado em que ele o deixou pelo decreto de vinte e seis de Novembro de mil oitocentos e sete.

Artº 2º

Que reconhecem e autorizam a Câmara para dar todas as providências civis que forem necessárias para a segurança, tranquilidade, e execução do dito primeiro artigo.

Artº 3º

Que a Câmara proponha ao General da Província, se decida em termo breve, que a Câmara lhe assinará, se quer ou não, digo se quer, continuar, ou não, o Governo da Província.

Artº 4º

Que por conseguinte todos os chefes Militares, e indivíduos, que pediram baixa pelas circunstâncias de não quererem servir debaixo das Bandeiras e Ordens francesas, sejam obrigados a tornarem aos seus postos, e aos respectivos corpos para os organizarem; à excepção daqueles que tiverem jurado Bandeiras, ou listados [alistados?] ao Exército do Imperador; aos quais não se lhes concitirá? insígnia alguma que possa pertencer ao serviço do mesmo Imperador.

Circunstancias de não queresem servir debaixo
das Bandeiras e Ordens Francuzas, sejam o obrigados
a tornarem aos seus Paes, e aos respectivos Corpos
para os Organizarem; a excepção daquelles que
tiverem jurado Bandeira, ou se talos ao Exercito
do Imperador, aos quais não se lhe concedirá in-
gnia alguma, que possa por fôr a serviço do
meismo Imperador.

Art. 5.º

Que unindo-se o Senhor General aos sentimentos da
Nação Portuguesa, e Habitantes desta Villa e Pro-
vincia, seve a famar de Acordo com o dito Senhor
General Determinar tudo quanto fôr a bem da
segurança publica, e todos obedecerão as suas Ordens,
para que se estabeleça quanto fôr a bem da
Paz da Nação.

Art. 6.º

Que na falta do Senhor General, Governar a cidade
de Suprior, que estiver na Provincia, ainda que seja
reformada; e que as nomeações dos Officiaes su-
balternos, serão feitas pelos Reges dos Regimentos,
e Provados em eleição de famar a que providem
o Senhor General emquanto a Regencia do Reino
não tomar a si o Governo de todo elle.

Art. 7.º

Que seja Conscienção geral de todos a de qua-
renta annos, sem Excepção ou Contemplação alguma
durante a Guerra; fôr a qual os Reges de cada

Artº 5º

Que unindo-se o Senhor General ao sentimento da Nação Portuguesa e habitantes desta Vila e Província deve a Câmara, de acordo com o dito Senhor General, determinar tudo quanto fizer a bem da segurança pública, e todos obedecerão às suas ordens para que se estabeleça quanto fizer a bem da defesa da Nação.

Artº 6º

Que, na falta do Senhor General, governará a patente superior que existir na Província, ainda que seja reformada; e que as nomeações dos oficiais subalternos serão feitas pelos chefes dos Regimentos e aprovados em sessão da Câmara a que presidissem o Senhor General enquanto a Regência do Reino não tomar a si o Governo de todo ele.

Artº 7º

Que haja conscrição geral de dezasseis até quarenta anos, sem excepção ou contemplação alguma, durante a guerra; finda a qual os chefes de cada um dos corpos terão a autoridade de lhes dar baixas, independente de qualquer outro requerimento; e que a Câmara fará esta representação à Regência para assim se verificar.

74
de cada hum dos Corpos Serão a Authoridade delles
dos baixos, e independente de qualquer outro Regu-
nmento; e que a Camara fará esta Regu-
lacao á Regencia para hum Serrefcar.

Art. 8.º

Que no termo de dez dias se apparem Elites immediato-
mente para se alistarão dos os que pertencem a
esta Villa e termo, com a pena de prisão ao Pais
que não apparentarem os filhos, e Confiscacao
de bens a favor da Nação.

Art. 9.º

Que a gente da Marinha fica isentada de Conscriptão
da terra, e de serviço Militar de Tropas de Linha dos
que atthor se empregão na Pescaçao e Comercio,
mas que devem Ser Listados para o serviço da Ma-
rinha, e das Ordenanças, e ao deya preceito Levan-
tar de tudo em Maio.

Art. 10

Que se suplicas unanimemente apparentarem todos
os meios necessarios para sustentar as Tropas pelo
soldos que se Regularem.

Art. 11

Que para a execução deste Artigo se fará sua Junta,
na qual entrarão a Camara, dois Membros que
o povo escolha, e dois Negociantes. Encomenda-
des seja o Doutor João Gomes de Lima, e o Doutor
Antonio de Moura Meira. Do Commercio, Ber-
nardo José Affonso, e Antonio José Vianna: or

Artº 8º

Que no termo de dez dias se afixarão editais imediatamente para se alistarem tos [todos?] os que pertencem a esta Vila e termo; com a pena de prisão aos pais que não apresentarem os filhos; e confiscação de bens a favor da Nação.

Artº 9º

Que a gente da Maruja fica isenta da conscrição da terra e serviço militar de tropa de linha dos que até aqui se empregam na Pescaria e Comércio; mas que devem ser listados [alistados?] para o serviço da Marinha, e nas Ordenanças, caso seja preciso levantar de tudo em massa.

Artº 10º

Que se sujeitam unanimemente a prestarem todos os meios necessários para sustentar a Tropa pelos soldos que se regularem.

Artº 11º

Que para a execução deste artigo se fará uma Junta na qual entrarão a Câmara, dois membros que o Povo escolha, e dois Negociantes. E nomeavam desde já o Doutor João Gomes de Lima e o Doutor António de Sousa Meira. E pelo Comércio Bernardo José Afonso e António José Viana os quais serão obrigados a assistir às sessões que a Câmara determinar, sem se lhes admitir escusa ou o menor embaraço.

Os quaes serão obrigados a assistir ás Sessões, que a Camara Determinar, sem se lhe admetter excusa, ou omeio embarço.

Art.º 12

Que se Organizem as Melhores, para todos jogarem em Armas, fouxim os Exercícios, e estabeleçam-se os Regimentos; e que o Governo Inten.º procureará levar as Armas do Depósito do Porto, ou aonde estiverem.

Art.º 13

Que esta Camara procureará todas as da Comarca para reunirem a esta Determinação comunicando-se este acto a fim como atoda a da fábica da Comarca da Provincia.

Art.º 14

Que em Consequencia de toda esta disposição, unanimamente declararão a Guerra á França, e por Consequente fica sem effeito a Laurula do Decreto de vinte e seis de Novembro de setem.º admettendo neste Reino como amigos, os Exercidos Franceses ou o que forem seus Aliados.

Art.º 15

Que igualmente a Camara convidará a todos os Prelados, todos os Prelados das Bispoes da Provincia, das Corporações Seculares, e Religiosas.

Art.º 16

Quando aquelle que for Suspeito de incongruente á Nação, será processado perante a Junta accimae estabelecida, para o castigo dos fardos; e de p.º

Artº 12º

Que se organizem as Milícias para todos pegarem em armas, fazerem os exercícios e estabelecerem-se os regimentos, e que o Governo Interino procurará haver as armas do Depósito do Porto, ou aonde estiverem.

Artº 13º

Que esta Câmara procurará todas as da Comarca para se unirem a esta determinação comunicando-se-lhe este acto assim como a todas as da Cabeça da Comarca da Província.

Artº 14º

Que em consequência de toda esta disposição unanimemente declaram a guerra à França e por consequência fica sem efeito a cláusula do decreto de vinte e seis de Novembro de serem admitidos neste Reino como amigos os exércitos Franceses ou os que forem seus aliados.

Artº 15ª

Que igualmente a Câmara convidará a unirem-se à causa geral todos os Prelados das dioceses desta Província, das Corporações Seculares e Religiosas.

Artº 16º

Que todo aquele que for suspeito de inconfidente à Nação será processado perante a Junta acima estabelecida para o arranjo dos fundos e se for provado o seu delito será punido de morte.

e se for prouto esse dilicto, será punido de morte.

Para firmora e validade do acima determinad^o, deaguentarao obedeer as Ordens do Governo que estabelecer, e signarao oquerente acto de fôr a sua vontade e Livre deliberação" como Comissionado por sua Excellencia, O Coronel engenheiro Joa^o Carlos Martel" como Com missionado por sua Excellencia Pet^{ro} Pereira da Silva Peruma Ta gundes Ajudante das Ordens Tenente Coronel" Pedro da Cunha sotto Maior Ajudante das Ordens e Sargento Mo^r Joa^o Pigott Coronel" Francisco Antonio de Araújo Ajudante das Ordens do Parthipa do Porto" Sebastiao Pereira da Cunha Coronel de Milicias" Joaquin Joze de Almeida Cyprião Engenheiros Joa^o Barbosa Teixeira Mascil" Antonio Luiz da Silva Costa e Villas Boas Proffesor Regio" Joa^o Pedro de Aguiar Mourao" Joa^o Manoel de Quirós Major com mandante" Manoel Luiz de Brito de San^{to} Payo" Antonio de Al^{va} Pinto de Albrun sotto Maior" Jeronimo de Aguiar da Silva e Meneses Diego Gomes d' Albrun e Lima iferente do Regimento numero nono" Antonio de Castro Soares Adv^o ved^o" Joa^o Ferreira Barlandes Antonio d' Azevedo Lopes Adv^o" Francisco Antonio d' Albrun e Lima Joze Vernequi Alberto d' Aguiar" Joze Pereira da Cunha" Felippe Pereira d' Azevedo" Antonio da Silva Pinto" Joze Fernandes Loureiro" Paulo de Almeida Pereira e Camargo" Manoel Joze d' Araujo" Ignacio Joze de Almeida Adv^o Joaquin Pereira e Lima" Joze Luiz Pereira de Castro" Pedro Rodrigues Lima" do

Para firmeza e validade do acima determinado se sujeitavam obedecer às ordens do Governo que estabeleciam e assinaram o presente acto de toda a sua vontade e livre deliberação.

Como comissionado por Sua Excelência o coronel engenheiro José Carlos Mardel // como comissionado por Sua Excelência Félix Pereira da Silva Bezerra Fagundes ajudante das ordens tenente-coronel // Pedro da Cunha Sotto Maior ajudante das ordens sargento-mor // João Pigott coronel // Francisco António de Araújo ajudante das ordens do partido do Porto // Sebastião Pereira da Cunha coronel de Milícias // Joaquim José de Almeida capitão engenheiro // João Barbosa Teixeira Maciel // António Luís da Cruz Costa e Vilas Boas professor régio // José Pedro de Aguiar // José Pedro de Aguiar Mourão // José Manuel de Queirós major comandante // Manuel Luís Ferreira de São Paio // António de Sá Pinto de Abreu Sotto Maior // Jerónimo de Alpoim da Silva e Menezes // Diogo Gomes de Abreu e Lima tenente do Regimento número nono // António de Castro Soares Azevedo // João Ferreira Bertande // António de Azevedo Lopes Serra // Francisco António de Abreu Lima // José Verneque Ribeiro de Aguilar // José Pereira da Cunha // Filipe Pereira de Azevedo // António da Silva Pinto // José Fernandes Loureiro // Paulo de Melo Pereira Sampaio // Manuel José de Araújo // Inácio José de Almeida // Joaquim Pereira Viana // José Luís Pereira de Castro // Pedro Rodrigues Lima // Domingos José Amaro Guimarães // José de Miranda // Francisco José Correia Lima // José António da Costa // Manuel António Álvares // António José Gomes // Francisco José Estácio Brandão // António José Antunes de Carvalho // José António Ferreira // José António Vieira de Araújo // Domingos da Cunha Pereira Viana // Caetano José da Silva // o Padre José Gonçalves Caldas // Joaquim da Graça Correia // António José Gonçalves Coelho // José Manuel da Costa de Carvalho // Manuel António Pinto de Andrade // João Marques Guimarães // Francisco Joaquim Gomes da Mota // Frei João de Melo - Monge Beneditino // Frei Francisco Lobo – Monge Jerónimo // Gonçalo José Correia Viana // o Padre João Francisco Martins // o Padre Francisco Alves da Silva // o Padre António José Barbosa // Manuel António de Azevedo // Joaquim Fernandes Bandeira // José da Rocha Lobo de Sequeiros // Luís Xavier da Costa Pereira // José Pinto de Almeida e Menezes // João Pedro Barbosa de Miranda // mester Gonçalo Luís de Azevedo // mester João Luís Gomes //

Domingos José Amaro Guimarães José de Alencar
 da Silva Francisco José Correa Lima José Antonio
 da Costa Manoel Antonio Alvares Antonio José
 Gomes Francisco José Estácio Brandão Antonio
 José Antunes de Azevedo José Antonio Ferreira
 José Antonio Vieira de Azevedo Domingos da Silva
 na Pereira Vitorino Castanho José da Silva o Padre
 José Gonçalves da Silva Joaquim da Graça Correa
 Antonio José Gonçalves Coelho Loure Manoel
 da Costa de Azevedo Manoel Antonio Pinto de
 Almeida João Marques Guimarães Francisco
 Joaquim Gomes da Silva Frei João de
 São Bento Manoel Beneditino Frei Francisco Lobo -
 Manoel Jerônimo Gonçalo José Correa Vianna
 o Padre João Francisco Martins o Padre Francisco
 Alves da Silva o Padre Antonio José Barbosa
 Manoel Antonio de Azevedo Joaquim Fernan
 des Bandeira José da Rocha Lobade Azevedo Luiz
 Carlos da Costa Pereira José Pinto d'Almeida e
 netos João Pedro Barbosa de Miranda Mises
 Gonçalo Luiz de Azevedo Mises João Luiz Gomes

O presente modo de proceder por finto este
 acto no qual assignarão amaios parados a Nobreza
 e Povo por não ser possível assignarem todos os que
 se achavam juntos no Campo do Borno de fronte
 deste Paço do Conselho e juntamente o Senhor
 General Governador das Armas da Provincia por
 ser declarado a sua vontade pelo seu Ajudante das
 Ordens Felis Pereira da Silva ao Coronel Engenheiro
 José Carlos Mar del Francisco José Barbosa da
 Costa Escrivão da Camara o Curador assignado Fran-

9
#

Francisco José Barbosa da Costa // Assignados Gon
çalo Pereira Caldas // Motta // Sá // Pereira // Barros
Cunha.

Está Conforme o proprio que conferi e ao qual
me reporto de que dou fé. Viana 19 de Junho
de 1808

O Esc.^{ção} da Cor.^{ção}

Luís X.^{er} da Costa Per.^a

E por este modo houveram por findo este acto, no qual assinaram a maior parte da Nobreza e Povo por não ser possível assinarem todos os que se achavam juntos no Campo do Forno defronte deste Paço do Concelho; e juntamente o Senhor General Governador das Armas da Província, por ter declarado a sua vontade pelo seu ajudante das ordens Félix Pereira da Silva, ao coronel engenheiro José Carlos Mardel. Francisco José Barbosa da Costa, escrivão da Câmara o escrevi e assino // Francisco José Barbosa da Costa // Assinados Gonçalo Pereira Caldas // Motta // Sá // Pereira // Barros // Cunha"

Está conforme o próprio que conferi e ao qual me reporto de que dou fé. Viana 19 de Junho de 1808

O escr.^{ção} da Cor.^{ção}
Luís X.^{er} da Costa Per.^a

Pela lista de subscritores do auto da Câmara não se pode fazer uma estatística do número e das classes que, pelo artº 14º, “*declaram guerra à França*” não obstante o documento seja explícito em referir que assinaram a maior parte da Nobreza e do Povo de Viana. Do Auto da Câmara percebe-se que a aclamação do Príncipe se fez com grande concorrência de Povo. O acto de aclamação ocorreu no Campo do Forno defronte dos Paços do Concelho e a constituição da Junta do governo provisório - um acto mais restrito e organizado - nas salas do Senado, em presença dos seus membros.

Nas juntas associam-se os poderes político e militar. Formam-se portanto nas sedes do governo militar das províncias e são tributárias das juntas de hierarquia superior. Assumem por isso diferentes denominações. A Junta de Viana é subordinada à Junta do Porto que mais tarde é reconhecida como Junta Suprema no governo do Norte.

A RESPOSTA DO SENADO DA CÂMARA DO PORTO

A carta que a Câmara de Viana remeteu à Câmara do Porto no dia 19 de Junho de 1808, acompanhada pelo auto de juramento desse dia, foi apresentada na sessão da Vereação do dia 22 e nesse mesmo dia respondida nos termos seguintes:

Il.^{mo} e Ex.^{mo} S.^{or}

Acabamos de receber, transportados do maior gosto e satisfação a carta de V. S^a de 19 do corrente mês de Junho em que nos participa terem neste m.^{mo} dia juntos com a Nobreza e Povo dessa Vila terem restituído o antigo Governo do Príncipe Regente N. S. tendo-nos nós antecipado a esta louvável diligência própria de vassallos Fiéis Portugueses no dia sábado 18 do corrente mês, e no dia domingo 19 nos juntamos no Paço Episcopal com o Clero Nobreza, e ~~Povo~~ Corpo de Relação, e Povo, elegendo-se uma Junta do Supremo Governo como V. S^a verá do impresso junto que dirige os meios da nossa defesa em que fica esta cid.^e pronta a derramar a última gota do seu sangue pelo seu Príncipe e pela sua Pátria; conte V.S^a com quanto estiver da nossa parte para ajudar a tão louvável acção confiando nós da parte de V. S^a tudo q.^{to} contribuir p^a a felici.^e pública.

D. G.^{de} a V. S. Porto em Câmara 22 de J.^o de 1808

Luís de Barbosa e M.^{ca}

Joaquim de Vascon.^{cos} Cardoso e Menezes

Bernardo de Melo Vr.^a da S.^a e Menezes

Tomás da Silva Ferraz

José Ant.^o Rosa de Figueiredo

REPRODUÇÃO DOCUMENTAL

As reproduções digitalizadas do núcleo de que temos vindo a tratar publicam-se sequencialmente. A sua numeração é a que possuem no Arquivo Histórico da Câmara Municipal do Porto, mais conhecido por Casa do Infante. A carta de 19 de Junho de 1808, remetida pela Câmara de Viana à Câmara do Porto, é subscrita por Gonçalo Pereira Caldas e possui as folhas números 5 e 5v. A cópia do Auto da Câmara, extraída do documento original pelo escrivão da Correição de Viana, Luís Xavier da Costa Pereira, possui os números de folha 6 a 9. A resposta do Senado da Câmara do Porto tem os números 10 e 10v.

A carta de 19 de Junho de 1808 remetida pela Câmara de Viana à Câmara do Porto é subscrita por Gonçalo Pereira Caldas e possui as folhas 5 e 5v. A cópia do Auto da Câmara, extraída do documento original pelo escrivão da Correição de Viana, Luís Xavier da Costa Pereira possui os números de folha 6 a 9.

ÍNDICE ONOMÁSTICO

Afonso, Bernardo José - 215
Aguiar, José Pedro de - 219
Aguiar, José Verneque Ribeiro de - 219
Almeida, Inácio José de - 219
Almeida, Joaquim José de - 219
Álvares, Manuel António - 219
Andrade, Manuel António Pinto de - 219
Araújo, Francisco António de - 219
Araújo, José António Vieira de - 219
Araújo, Manuel José de - 219
Azevedo, António de Castro Soares - 219
Azevedo, Filipe Pereira de - 219
Azevedo, (Mester) Gonçalo Luís de - 219
Azevedo, Manuel António de - 219
Ballestá (General) - 206
Bandeira, Joaquim Fernandes - 219
Barbosa, (Padre) António José - 219
Bertande, João Ferreira - 219
Brandão, Francisco José Estácio - 219
Caldas, Gonçalo Pereira - 209, 221
Caldas, (Padre) José Gonçalves - 219
Caraffa (General) - 205

Carvalho, António José Antunes de - 219
Carvalho, José Manuel da Costa de - 219
Castro, José Luís Pereira de - 219
Castro, José Pereira Cirne de - 209
Coelho, António José Gonçalves - 219
Correia, Joaquim da Graça - 219
Costa, (Escrivão) Francisco José Barbosa da - 221
Costa, José António da - 219
Cunha, António José Pereira da - 209
Cunha, José Pereira da - 219
Cunha, (Coronel) Sebastião Pereira da - 219
Fagundes, (Tenente-coronel) Félix Pereira da Silva Bezerra - 219
Ferraz, Tomás da Silva - 206, 207, 223
Ferreira, José António - 219
Figueiredo, José António Rosa de - 207, 223
Gomes, António José - 219
Gomes, (Corregedor) Domingos José Vieira da Mota - 209, 211
Gomes, (Mester) João Luís - 219
Guimarães, Domingos José Amaro - 219
Guimarães, João Marques - 219
João (D.), Príncipe Regente - 206
Junot (General) - 205
Lima, (Tenente) Diogo Gomes de Abreu e - 219
Lima, Francisco António de Abreu - 219
Lima, Francisco José Correia - 219
Lima, Gonçalo de Barros Lima - 209
Lima, João Gomes de - 215
Lima, Pedro Rodrigues - 219
Lobo (Frei) Francisco - 219
Loureiro, José Fernandes - 219
Maciel, João Barbosa Teixeira - 219
Mardel, (Coronel) José Carlos - 219, 221
Martins, (Padre) João Francisco - 219
Massena (General) - 206
Melo, Frei João de - 219
Mendonça, Luís de Barbosa e - 207, 223
Menezes, Bernardo de Melo Vieira da Silva e - 207, 223
Menezes, Jerónimo de Alpoim da Silva e - 219
Menezes, Joaquim de Vasconcelos Cardoso e - 207, 219
Menezes, José Pinto de Almeida e - 219
Miranda, João Pedro Barbosa de - 219
Miranda, José de - 219

Mota, Francisco Joaquim Gomes da - 219
Mourão, José Pedro de Aguiar - 219
Napoleão (Imperador) - 205
Oliveira, Luís - 206
Pereira, (Escrivão) Luís Xavier da Costa - 219, 221
Pigott, (Coronel) João - 219
Pinto, António da Silva - 219
Queirós, (Major) José Manuel de Queirós - 219
Quesnel (General) - 206
Sampaio, Paulo de Melo Pereira - 219
São Paio, Manuel Luís Ferreira de - 219
Sepúlveda - 206
Sequeiros, José da Rocha Lobo de - 219
Serra, António de Azevedo Lopes - 219
Silva, Caetano José da - 219
Silva, (Ajudante) Félix Pereira da - 221
Silva, (Padre) Francisco Alves da - 219
Sotto Maior, António de Sá Pinto de Abreu - 219
Sotto Maior, Camilo António de Sá Pinto Abreu - 209
Sotto Maior, (Sargento Mor) Pedro da Cunha - 219
Soult (General) - 206
Sousa, Rodrigo Freire de Andrade Pinto de - 207
Viana, António José - 215
Viana, Domingos da Cunha Pereira - 219
Viana, Gonçalo José Correia - 219
Viana, Joaquim Pereira - 219
Vilas Boas, (Professor Régio) António Luís da Cruz Costa e - 219